

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

OBJETO DIRETO NULO, PRONOME TÔNICO DE 3ª PESSOA, SN ANAFÓRICO E CLÍTICO ACUSATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE TEXTOS ESCOLARES

Solange Mendes Oliveira¹

smoliveira18@hotmail.com

RESUMO: Investiga-se a frequência de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, como o objeto nulo, a forma nominativa *ele/ela* em função acusativa, o SN anafórico, e o clítico acusativo, para verificar se há evidências de uma mudança paramétrica para as posições de objeto direto. Os dados foram extraídos de oitenta e oito textos espontâneos escritos por crianças que cursavam o primeiro segmento (1ª a 4ª série) do ensino fundamental entre os anos 2002 e 2006 e tinham entre 6 e 10 anos. Buscam-se, também, os contextos lingüísticos que atuam na realização das variáveis. Trabalha-se com as hipóteses de que o objeto nulo é a variante preferencialmente usada pelas crianças; o clítico acusativo só começa a aparecer nos dados extraídos dos textos das séries finais, por influência da ação normativa da escola; o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico, ao traço [-animado, +específico/referencial] de seu referente. Para a análise dos dados, segue-se a proposta de Kato e Tarallo (1988), rediscutida em Kato (1999b), que une a Sociolingüística de Labov (1972) à Teoria Gerativa de Chomsky (1981), resultando na Variação Paramétrica ou Sociolingüística Paramétrica.

PALAVRAS-CHAVE: objeto nulo; pronome tônico *ele/ela*; SN anafórico; clítico acusativo.

INTRODUÇÃO

Entre as mudanças ocorridas no português do Brasil, desde a chegada da língua portuguesa a solo brasileiro, estão, principalmente, uma maior ocorrência de objetos nulos e sujeitos preenchidos, a progressiva queda dos clíticos de 3ª pessoa, e a perda da

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Agradeço a Izete Coelho a leitura cuidadosa do texto. Se alguns problemas ainda persistem, são de minha inteira responsabilidade.

riqueza do paradigma de flexão verbal, a ponto de configurar uma gramática com características próprias, que destoam das outras línguas românicas.

A perda do sistema de clíticos de 3ª pessoa (com função de objeto direto), ainda em processo, é um desenvolvimento surpreendente no português brasileiro (PB) atual e não tem paralelo em outras línguas românicas (Roberts, 1996). Esses clíticos são substituídos de várias formas: por um pronome pleno (tônico), por um SN repetido ou, mais interessante do ponto de vista das questões teóricas, por uma categoria vazia.

No português europeu, por exemplo, para a pergunta em (1), somente as respostas em (2) são aceitas:

- (1) Você conhece o João?
(2) a. Sim.
b. (Sim), conheço-o.
c. Sim, conheço o João.

Entretanto, no português brasileiro, pelo menos mais duas respostas seriam possíveis, sendo que o uso do objeto nulo (representado por [Ø]) e do pronome tônico *elelela* predomina em relação aos demais usos:

- (3) a. Conheço [Ø].
b. Sim, (eu) conheço *ele*.

As pesquisas de Cyrino (1997), Galves (1989) e Duarte (1989) apontam que, em geral, o clítico acusativo de 3ª pessoa é a forma menos usada para representar o objeto direto no português do Brasil. Segundo Galves (2001), esse tipo de clítico não é mais produzido pela gramática nuclear da língua, que legitima apenas clíticos de primeira e segunda pessoas e, para Nunes (1996) e Mattos e Silva (2004), a manutenção dos clíticos acusativos de 3ª pessoa no português brasileiro atual deve-se à ação normativa da escola.

Cyrino (1997) constata que desde a segunda metade do século XIX os pronomes tônicos e os objetos nulos começam a substituir o clítico acusativo. Este fato, segundo a autora, evidencia uma mudança paramétrica, isto é, uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto, fato também constatado por Galves (1996), que

argumenta que os resultados das pesquisas apontam para um novo valor atribuído a um parâmetro pelas crianças adquirindo sua língua, originando, assim, uma nova gramática.

As causas dessas e de outras mudanças no PB constituem uma área de interesse para a lingüística paramétrica, já que os resultados levantados pelas pesquisas evidenciam que o que ocorre no português do Brasil é uma reorganização interna, uma mudança em curso na língua.

A mudança paramétrica - estruturas que deixam de existir na gramática - ocorre através de reanálises diacrônicas de alguma estrutura, ou seja, tal estrutura sofre uma redução significativa de frequência e passa a ser interpretada/representada diferentemente. Assim, para que um parâmetro seja fixado, a criança precisa estar exposta a estruturas que a levem a fazer reanálises que possibilitem uma mudança. Segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), a criança constrói sua gramática a partir do que ouve (dados primários) e do que ela possui de inato (os princípios da GU).

Para Mattos e Silva (2004), o PB tomou a sua forma durante o período do Brasil Colonial (1530-1808), na complexa interação entre a língua do colonizador, as línguas indígenas e as línguas dos africanos aqui aportados, que virão a ser, estes, com os afro-descendentes, os principais difusores do português vernáculo, devido à mobilidade demográfica dessas populações pelo território brasileiro. A etnia branca (portugueses ou luso-descendentes) era, entre 1538 e 1850, apenas 30% da população. Os outros 70% eram de africanos e afro-descendentes, já que os indígenas que restaram afugentaram-se para os interiores do Brasil. Isto quer dizer que em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, de língua não-portuguesa na sua origem. Uma vez que os portugueses e seus descendentes não-mestiçados não teriam ultrapassado, no geral, 30% dos habitantes, os 70% de negros e seus descendentes adquiriram a língua do colonizador numa situação de transmissão irregular ou de aquisição imperfeita, já que tinham a língua portuguesa como segunda língua. Além disso, o modelo de língua-alvo era defectivo, pois essas populações adquiriram o português a partir de modelos precários, na oralidade, de ouvido, e na ausência de uma normatização que seria veiculada pela escolarização. A transmissão da língua-alvo foi, portanto, irregular, ao longo dos séculos XVI ao XIX. A miscigenação e a presença minoritária de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de ‘uma língua geral brasileira’- ou seja, de “um português simplificado, corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas” (Mattos e Silva, 2004, p.21), variante que vem a ser o

antecedente histórico do chamado português popular brasileiro. Segundo a autora, há indícios de que o PB culto só começa a definir-se da segunda metade do século XVIII para cá, quando o Marquês de Pombal, em 1757, define o português como a língua oficial da colônia e implementa o ensino leigo no Brasil, incentivando o ensino do português, antes preterido pelos jesuítas em função da catequese e da colonização, em favor da língua geral indígena de base tupinambá, e do latim.

Assim, para abordar as mudanças ocorridas no português do Brasil, especificamente quanto à alteração do paradigma pronominal para a posição de objeto direto, investiga-se a frequência de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, como o objeto nulo ou categoria vazia objeto, o clítico acusativo de 3ª pessoa, o SN anafórico representado por SNs plenos e a forma nominativa *ele/ela* em função acusativa. Os dados foram extraídos de oitenta e oito textos espontâneos escritos por crianças que cursavam o primeiro segmento (1ª a 4ª série) do ensino fundamental entre os anos 2002 e 2006 e tinham entre 6 e 10 anos. Buscam-se, também, os contextos lingüísticos que atuam na realização das variáveis.

Foram extraídas, para efeito de constituição do *corpus*, todas as orações coordenadas, principais e subordinadas, formadas por verbos isolados ou combinados (perífrases, locuções e tempos compostos). O verbo foi considerado o elemento referencial em todas as orações.

A justificativa por usar um *corpus* escrito e não a modalidade oral é por entender que a criança, no início da escolarização (1ª e 2ª séries), ainda não adequou sua gramática-I às normas convencionais da escrita; por conseguinte, a sua escrita seria um reflexo da aquisição oral da língua, assim como afirma Kato (1999a). Desta forma, a partir dos dados apresentados por Cyrino (1997) – que apontam para o uso de 79,1% de objeto nulo e 4,0% de clítico acusativo, evidenciando, então, segundo a autora, uma mudança paramétrica para as posições de objeto –, trabalha-se com as hipóteses de que o objeto nulo é a variante preferencialmente usada pelas crianças; o clítico acusativo *o/a* só começa a aparecer nos dados extraídos dos textos das séries finais (3ª e 4ª séries), por influência da ação normativa da escola; o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico, ao traço [-animado, +específico/referencial]. Para a análise dos dados, segue-se a proposta de Kato e Tarallo (1988), discutida em Kato (1999b), que une a Sociolingüística de Labov (1972) – para

a ordenação, quantificação e análise dos dados - à Teoria Gerativa de Chomsky (1981) – como suporte teórico para a formulação de hipóteses e escolha de fatores lingüísticos condicionadores - resultando na Variação Paramétrica ou Sociolingüística Paramétrica.

O trabalho está dividido da seguinte forma: na primeira seção abordam-se, dentro do arcabouço da Teoria Gerativa, as variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa e as pesquisas de Cyrino (1996, 1997), Nunes (1996) e Galves (1996, 2001). Na seção dois apresentam-se os objetivos da pesquisa, a metodologia, o critério para a seleção dos dados, os fatores condicionadores, assim como o levantamento quantitativo quanto ao preenchimento das variantes do objeto direto anafórico e os condicionamentos lingüísticos e sociais que atuam sobre as variáveis. Os resultados obtidos são então comparados com os dados apresentados por Cyrino (1997) e verifica-se se a mudança paramétrica proposta pela autora realmente se comprova. Por fim, apresenta-se a conclusão a partir dos dados levantados.

1. CLÍTICOS ACUSATIVOS, OBJETOS DIRETOS NULOS E PRONOMES TÔNICOS DE 3ª PESSOA

1.1 O CLÍTICO ACUSATIVO DE 3ª PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Uma das diferenças mais acentuadas entre o português europeu (doravante, PE) e o português do Brasil encontra-se no fato de o PB apresentar perdas em seu sistema de clíticos objetos, principalmente, o clítico acusativo de 3ª pessoa. Por sua vez, o PE conserva este sistema intacto. Originalmente, o paradigma dos clíticos objetos em português é como exposto abaixo:

Pessoa	Pronomes sujeitos (caso reto)	Pronomes objetos (oblíquos átonos)
1ª sing.	eu	me
2ª sing.	tu	te
3ª sing.	ele, ela	o, a, se, lhe
1ª plur.	nós	nos
2ª plur.	vós	vos
3ª plur.	eles, elas	os, as, se, lhes

Quadro 1: Paradigma pronominal (cf. Cipro Neto e Infante, 2003, p.276-277).

As pesquisas de Cyrino (1996, 1997); Galves (1996, 2001); Nunes (1996); Pagotto (1996); e Duarte (1989) mostram que a mudança dos clíticos abrange dois aspectos: 1º sua posição mudou - a próclise passou a ser a tendência geral; 2º houve uma queda na sua ocorrência – esses elementos são cada vez menos frequentes na língua, principalmente o clítico acusativo de 3ª pessoa.

Cyrino (1997) observa que, dos clíticos que desapareceram do PB, o primeiro a cair foi o clítico neutro, ou seja, o clítico usado para substituir uma oração, como no exemplo da autora (1997, p.16), exposto em (4):

(4) O caso he este; dir-vo-*lo*-hei.

A ocorrência desse clítico neutro estava em variação com o objeto nulo, flutuação notada desde muito antes do século XIX, como exemplificado em (5), exemplo de Cyrino (1997, p.16):

(5) E eu que sei [Ø].

Pois quem *o* sabe?

Uma vez que a gramática permitia ora o preenchimento, ora o não-preenchimento da posição do clítico, um outro fator que não o sintático pode ter influenciado neste caso, provavelmente, o componente fonológico da linguagem. É o que veremos mais abaixo com a proposta de Nunes (1996).

O segundo clítico a desaparecer foi o clítico *o* que retoma um antecedente [+masculino, -animado], que acabou sendo substituído por uma categoria vazia. Por último, é o clítico acusativo de 3ª pessoa com antecedente [+animado] que cai em desuso e é substituído pelo pronome tônico *ele/ela*.

Nunes (1996) apresenta uma explicação fonológica (no caso a prosódia) para o porquê de o clítico de 3ª pessoa comportar-se diferentemente dos demais clíticos e ter mais restrições de distribuição do que os de primeira e segunda pessoas. Para o autor, uma mudança na direção da cliticização fonológica começou a se processar em meados do século XIX, na mesma época em que objetos nulos e pronomes tônicos começaram a substituir os clíticos. No PB atual, a direção da cliticização fonológica é da esquerda para a direita, o que permite que outros clíticos, exceto o acusativo de 3ª pessoa - que não obedece à distribuição dos demais clíticos - possam ocorrer em

início de sentença, generalizando, assim, o uso da próclise, como pode ser observado em (6):

- (6) a. *Me* acorde às 7:00 horas.
- b. *Te* acordo às 7:00 horas.
- c. *Lhe* acordo às 7:00 horas.
- d. **O* acordo às 7:00 horas.
- e. Eu *o* acordo às 7:00 horas.

A agramaticalidade em (6d) e a gramaticalidade em (6e) devem-se ao fato de que os clíticos acusativos de 3ª pessoa no PB precisam de material fonológico que os preceda. Essa inovação na direção da cliticização não permite o licenciamento do *onset* da sílaba do clítico acusativo de 3ª pessoa, que, por sua vez, acaba desaparecendo do sistema, ao contrário do que ocorre em francês e em espanhol, que têm *le* e *lo*, respectivamente. No português, somente após algumas formas verbais o *onset* é visível (*pegá-lo/la*; *viram-no/na*).

Camara Junior (1972) igualmente considera que a valorização dada à próclise no PB não aparece com o pronome clítico de 3ª pessoa porque esta partícula não é mais que uma sílaba vocálica sem consoante pré-vocálica; por conseguinte, o corte fonético cai sobre a consoante da sílaba seguinte e, por causa disso, a sílaba inicial fica ainda mais enfraquecida, vindo a desaparecer do sistema.

Para Nunes, as crianças do início do século XIX adquiriram, portanto, um sistema com cliticização fonológica da esquerda para a direita, em que não havia meio de o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de 3ª pessoa ser licenciado. Esse sistema inovador, por sua vez, abriu caminho para duas novas construções que substituíram a antiga construção com clíticos acusativos de 3ª pessoa: construções com objeto nulo e construções com pronome tônico na posição de objeto direto anafórico, como exemplificado em (7):

- (7) a. Eu devolvi [Ø] pro João.
- b. Eu devolvi *ele* pro João.

Já Galves (1996, 2001) atribui ao enfraquecimento da flexão verbal no PB atual o desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa, como, também, a modificação

em processo no sistema pronominal: um maior preenchimento da posição sujeito com pronome e menor preenchimento da posição objeto. Como o PB passa a apresentar uma concordância fraca, o clítico acusativo de 3ª pessoa, por ser o que mais apresenta traços de concordância, deixa de ser legitimado. A posição dos clíticos no PB atual estaria relacionada ao fenômeno do objeto direto nulo.

O enfraquecimento da concordância no PB e as mudanças na posição dos clíticos causaram uma reorganização lexical no sistema de pronomes: a oposição clítico versus não clítico cede lugar para a oposição morfologicamente marcada com caso (*me/te/se/lhe*) versus não morfologicamente marcada com caso (*eu/ele/você*). Os pronomes da segunda categoria podem, então, aparecer em qualquer posição, inclusive na posição objeto. Explica-se, assim, como é legitimado, nesse sistema, o pronome tônico *ele/ela* em posição objeto.

Em suma, com a mudança no posicionamento dos clíticos, formas alternativas como o objeto nulo, o pronome tônico, e mais a estratégia de repetição do SN passaram a substituir o clítico de 3ª pessoa, o que veio a provocar então uma diminuição constante no uso deste clítico. Para Nunes (1996), a queda progressiva do clítico de 3ª pessoa deve-se à mudança na direção da cliticização – da esquerda para a direita – que não permite o licenciamento do *onset* do clítico acusativo de 3ª pessoa. Já para Galves (2001), o desaparecimento desse clítico é uma consequência do enfraquecimento do paradigma de flexão verbal.

1.2 O OBJETO DIRETO NULO

1.2.1 O PARÂMETRO DO OBJETO NULO

A Gramática Universal constitui-se de um sistema de princípios comuns a todas as línguas e de parâmetros que variam entre as línguas. Um desses parâmetros é o do objeto nulo, que diz respeito ao fato de que “V pode licenciar *pro* na posição de objeto”, ou seja, V pode licenciar uma categoria vazia na posição [NP, V'] (Haegman, 1994, p. 462). O PB (8a) e o italiano (8b) marcam o valor do Parâmetro do Objeto Nulo como positivo, enquanto que línguas como o inglês (8c), por exemplo, marcam o valor negativo para o parâmetro, como pode ser observado nos exemplos abaixo, extraídos de Haegman (p.459):

- (8) a. A ambição freqüentemente leva *pro* a cometer erros.
- b. L'ambizione spesso spinge a *pro* commettere errori.
- c. *Ambition often makes *pro* make mistakes.

1.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO NULO

O estatuto do objeto nulo não é estabelecido uniformemente para as línguas que marcam o valor positivo para o parâmetro do objeto nulo. O objeto nulo específico do PB, por exemplo, apresenta propriedades diferentes das observadas por Raposo (1986), no PE. Conforme a tipologia dos elementos, o objeto nulo do PE é classificado como uma variável, isto é, um vestígio deixado pelo movimento de uma categoria vazia para uma posição de operador nulo, porque só pode ocorrer em situações específicas, como em (9), e nunca em ilhas ou estruturas como o COMP duplamente preenchido (wh-Op), como em (10). A referência do operador nulo é construída a partir de um antecedente no contexto, como nos exemplos de Raposo (1986) abaixo:

- (9) a. A Maria leu esse livro e o João leu [Ø] também.
- b. A Maria entregou o dinheiro ao Manuel, mas eu sei de pessoas que nunca teriam entregue [Ø].
- (10) a. *Eu informei a polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado [Ø] no cofre da sala de jantar.
- b. *O rapaz que trouxe [Ø] agora mesmo da pastelaria era teu afilhado.
- c. *O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado [Ø] cuidadosamente no cofre.

O objeto nulo específico do PB é muito mais livre, pois todas as sentenças em (10) são gramaticais na língua, independentemente de o objeto nulo estar em SN (10a), relativa (10b) ou ilha (10c). Segundo Cyrino (1997) e Galves (1989), como pode ser extraído de ilhas, o objeto direto nulo do PB não é derivado por movimento; é, então, um *pro*, isto é, um elemento [+pronome/-anáfora].

1.2.2 O OBJETO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Vários pesquisadores (Cyrino 1996,1997; Tarallo 1996a, 1996b; Galves 1988, 1989, 1996, 2001; Nunes 1996; Duarte 1989; Pagotto 1996) atestam que vem ocorrendo, desde o século XIX, um crescente aumento no uso de objetos nulos no PB, tanto na variedade oral como na escrita.

Os dados coletados por Cyrino revelam que ao longo dos séculos XVI a XX havia a ocorrência de objetos nulos; a diferença era apenas quantitativa e de acordo com o antecedente [+ específico/referencial, - animado], mesmo os não sentenciais, como em (11), exemplo de Cyrino (1997, p.277):

(11) E como levou [Ø] ? (i.é., E como levou [*o capote*]?)

A autora aponta ainda, nesse estudo, como já vimos, para a perda do clítico de 3^a

pessoa na segunda metade do século XIX e relaciona este fato ao aumento de objetos nulos no

PB, como, também, constata na mesma época a ocorrência do pronome tônico *ele* em posição de objeto. Há, então, uma alteração na evidência positiva, isto é, um maior número de estruturas com categorias vazias objeto. No século XIX, ocorre então a reanálise diacrônica e o falante produz objetos nulos específicos com antecedente (-animado), como resultado de reconstrução em FL, da mesma forma que produz elipses sentenciais, como em (12), exemplo de Cyrino (1997, p.276):

(12) Pois como há aqui outro, fora D. Fuas?

Eu não sei [Ø] em minha consciência, que é má. (isto é, Eu não sei [*como há aqui outro, fora D. Fuas*], em minha consciência, que é má).

Isto explicaria por que o falante a partir do século XVIII optou por não usar o clítico neutro, quando ele podia dizer a mesma coisa através da elipse, visto que ambas as opções já eram permitidas pela sintaxe da língua.

A opção pelo objeto nulo, segundo a autora, veio então a obscurecer a evidência positiva necessária para a criança determinar a gramática. A partir da ausência de evidência robusta, a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e,

conseqüentemente, houve uma mudança no paradigma pronominal da língua, motivada pela mudança diacrônica. Cyrino propõe, então, que o objeto nulo no PB é resultado de reconstrução quando seu antecedente é [-animado], isto porque a criança brasileira estendeu para o objeto direto com antecedente [+específico/referencial, -animado] a possibilidade de elipse (estrutura de DP/NP em FL), restrita anteriormente a elipses sentenciais, ou objetos nulos com antecedentes DPs/NPs não-específicos/referenciais. Este fato, segundo a autora, evidencia uma mudança diacrônica, ou seja, uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto, configurando, assim, uma mudança paramétrica.

Essa mudança no PB foi observada também por Tarallo (1996a), que constatou que os dados coletados na segunda metade do século XIX, abrangendo a gramática do PB, demonstraram uma inversão importante entre as posições de objeto e de sujeito. Essa inversão, ainda em processo, revela que os argumentos sujeito são preenchidos mais freqüentemente do que os argumentos objeto direto, ou seja, há menos sujeitos nulos e mais objetos nulos. O PE também apresenta assimetria dessas duas posições argumentais, mas enquanto o PB favorece o preenchimento de sujeito em detrimento da posição de objeto, o PE favorece a retenção dos clíticos em detrimento dos sujeitos, como vemos em (13) e (14) abaixo, exemplos de Tarallo (1996a, p.51):

(13) Paulo viu Maria ontem?

(14) a. Sim, ele viu [Ø]. (Sujeito preenchido/Objeto vazio = PB)

b. Sim, [Ø] a viu. (Sujeito vazio/Objeto preenchido = PE)

A análise quantitativa de Tarallo, para Galves (1996), igualmente revela que as mudanças de freqüência relativas a diversos aspectos da língua podem ser interpretadas como resultando de uma mudança gramatical e não apenas de uma simples variação. Esses fatos apontam, segundo a autora, para uma mudança paramétrica, isto é, para um novo valor atribuído a um parâmetro pelas crianças, originando assim uma nova gramática.

Assim, qualquer que seja a natureza desta categoria vazia no PB – um *pro*, segundo Galves (2001) e Cyrino (1997) - pode-se tomar a expansão dos contextos em que objetos nulos são aceitos no PB como subproduto da não-aquisição de clíticos de 3ª pessoa por crianças que internalizaram um sistema com cliticização fonológica da esquerda para a direita.

Em suma, o fenômeno do objeto nulo no PB, para Nunes (1996), é associado à mudança na direção de cliticização fonológica, que se deu no começo do século XIX. Cyrino (1996, 1997) aponta que o objeto nulo do PB é ocorrência de *pro* em posição de objeto; o aumento da distribuição de objetos nulos no PB está ligado à perda concomitante do clítico de 3ª pessoa; esta categoria vazia, antes restrita a certos contextos, a partir do século XIX tornou-se mais livre para ocorrer até mesmo em ilhas. Todas essas mudanças teriam tido como consequência, então, a refixação do parâmetro relacionado ao objeto nulo.

1.3 O PRONOME TÔNICO *ELE/ELA*

Um dos traços mais característicos do português do Brasil é o uso de *ele/ela* como um acusativo. Para Camara Jr. (1972), o uso do pronome lexical *ele* como acusativo existia no português arcaico somente nos casos de ênfase, e conclui então que há no Brasil uma sobrevivência desta antiga construção, generalizando-se o seu uso. Para o autor, deve-se primeiro estabelecer que não se trata do emprego do caso sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, que dissocia o pronome de 3ª pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais e o aproxima dos nomes e demonstrativos. *Ele/ela* firmou-se como uma forma sintática invariável, ocupando o espaço deixado vazio pelo clítico de 3ª pessoa *o/a* e, à maneira dos nomes e dos demonstrativos, pode empregar-se em todos os casos, mesmo no acusativo.

Segundo Cyrino (1997), desde a segunda metade do século XIX os pronomes tônicos começam a substituir o clítico acusativo quando o seu antecedente é [+animado]; portanto, o aumento no uso de pronomes tônicos em posição de objeto está relacionado à perda dos clíticos.

Já para Nunes (1996), o surgimento da construção com o pronome tônico *ele/ela* na posição de objeto, assim como o objeto nulo, segue-se ou é simultâneo à mudança na direção de cliticização fonológica.

Para Galves (1996, 2001), a ocorrência dessa variante em posição de objeto deve-se a uma reorganização lexical do sistema de pronomes: os pronomes tônicos não seriam morfologicamente marcados por caso, possibilitando a esta variante uma certa mobilidade. A explicação para a exclusão do clítico acusativo *o/a* e sua substituição

pelo pronome tônico *ele/ela* baseia-se na noção de interpretabilidade, pois o traço de Pessoa pode ser instanciado de duas maneiras distintas nos paradigmas flexionais das línguas: como um traço semântico, comportando três valores, ou como um traço sintático, caracterizado como positivo ou negativo. O PB, que não apresenta distinção entre a segunda e a terceira pessoas, é do segundo tipo, e a terceira pessoa corresponde ao traço [-pessoa], não-interpretável pelo componente conceptual-intencional. Para a autora, o paradigma de clíticos pronominais é caracterizado de maneira idêntica ao paradigma flexional da língua; portanto, o clítico de 3ª pessoa só pode sobreviver numa língua do primeiro tipo. O paradigma pronominal, então, reorganiza-se, passando a integrar o pronome não-clítico de terceira pessoa *ele/ela* que, segundo o raciocínio acima, assume um papel de destaque também na concordância.

Em suma, para Camara Jr. (1972), o pronome de terceira pessoa *ele/ela* dissociou-se do sistema casual dos pronomes pessoais, firmando-se como uma forma sintática invariável, e, assim como os nomes e os demonstrativos, pode empregar-se em todos os casos, mesmo no acusativo. Para Galves (2001), a introdução desse pronome tônico como acusativo deve-se à noção de interpretabilidade: a terceira pessoa no português do Brasil corresponde ao traço [-pessoa], ininterpretável pelo componente conceptual-intencional; daí o porquê de o clítico de 3ª pessoa não sobreviver na língua.

2. OBJETO DIRETO NULO, PRONOME TÔNICO DE 3ª PESSOA, SN ANAFÓRICO E CLÍTICO ACUSATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE TEXTOS ESCOLARES

2.1 A PESQUISA

Nesta seção abordam-se os objetivos, a hipótese, a metodologia, os critérios para a seleção dos dados, o envelope de variação e os grupos de fatores condicionadores referentes à pesquisa em questão. Como objetivo geral, pretende-se fazer uma pesquisa descritiva e quantitativa do uso das variantes do objeto direto anafórico utilizadas por crianças que cursavam o primeiro segmento do ensino fundamental, para verificar se há evidências de uma mudança paramétrica para as posições de objeto direto. Observam-se ainda os grupos de fatores que condicionam as variantes objeto direto nulo, pronome tônico, SN anafórico e clítico, tais como: (i) grupos lingüísticos de natureza semântica,

como animacidade do antecedente, especificidade e referencialidade do referente; (ii) grupos lingüísticos de natureza morfológica, como o uso de tempos verbais simples ou compostos: [Aux + inf], [Aux + part] ou [Aux + ger]; (iii) grupos lingüísticos de natureza sintática, como a posição do clítico (próclise ou ênclise); e (iv) grupos de fatores sociais, como a escolaridade: 1^a, 2^a, 3^a ou 4^a série.

2.1.1 HIPÓTESES

Segundo Kato (1999a), a criança, no início da escolarização, não adequou ainda a sua língua-I às normas convencionais da escrita, por conseguinte, a sua escrita seria um reflexo de sua aquisição da fala. Dessa forma, a partir dos dados de Cyrino (1997) e Galves (1996, 2001), que apontam para uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto, trabalha-se com as seguintes hipóteses:

- a) o objeto direto nulo é a estratégia preferida pelas crianças para a realização do objeto direto anafórico;
- b) os dados extraídos dos textos das séries iniciais (1^{as} e 2^{as} séries), já que ainda refletem a aquisição natural da língua, não trazem ocorrências de clíticos acusativos. Estes clíticos começam a aparecer nos dados somente nas séries finais (3^{as} e 4^{as} séries), como reflexo de sua aprendizagem via escolarização;
- c) o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico ao traço [-animado, +específico/referencial] de seu referente;
- d) a ocorrência do clítico acusativo está condicionada à forma verbal composta [Aux + infinitivo], favorecendo a ênclise.

2.1.2 METODOLOGIA

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos de 88 textos espontâneos escritos por crianças que cursavam, entre os anos 2002 e 2006, o primeiro ciclo do ensino fundamental (1^a a 4^a série), em escolas da rede pública de ensino, localizadas em bairros de classe média, em Curitiba. A idade das crianças varia de 6 a 10 anos. Foram extraídos 22 textos de cada série, totalizando 88 textos. Para o processamento dos dados foi utilizada uma metodologia de quantificação laboviana.

Quanto à análise dos dados, os resultados foram obtidos seguindo uma perspectiva que une duas teorias conforme proposto no início deste estudo – a Sociolinguística (Labov, 1972) e a Teoria Gerativa (Chomsky, 1981), segundo a proposta de Kato (1999b).

2.1.3 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS DADOS

Foram extraídas dos textos todas as ocorrências de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa e reproduzidas da maneira como as crianças as registraram.

2.1.4 ENVELOPE DE VARIAÇÃO

As retomadas do antecedente como objeto direto foram selecionadas conforme suas variantes:

a) uso do objeto direto nulo:

(15) Ele ficou bravo e furou a bola e jogou [Ø] no lixo. (3ª série)

b) uso do pronome tônico *ele/ela*:

(16) Então ele falou: eu vou la ajudar *ela* a si levantar. (1ª série)

c) uso de SN anafórico pleno:

(17) Ele entrou e pegou a pipa derrepente caiu *a pipa*. (3ª série)

d) uso do clítico acusativo de 3ª pessoa:

(18) Acho que o Cascão está em perigo vou ajudalo. (4ª série)

2.1.5 FATORES CONDICIONADORES

A escolha dos fatores que condicionam as realizações do objeto direto anafórico foi feita levando-se em conta as hipóteses levantadas no início deste trabalho. São eles:

a) Natureza semântica do antecedente:

▪ [+animado]

(19) Chegou *a brucha* ele levou um susto e transformou ela e um sapo. (1ª série)

▪ [-animado]

(20) Depois de anos e anos *o dinheiro* ficou famoso e todo mundo já conhecia [Ø]. (3ª série)

▪ [outro]

(21) O *sol* ficou feliz e disse: que ele queria *a* conhecer. (4ª série)

b) Natureza semântica do referente:

▪ [+específico/referencial]

(22) *Ele* senpre faltava alla e um dia a mãe acordou ele as 8:00. (3ª série)

▪ [-específico]

(23) Começou comigo eu caí na fantasia e adorei [Ø]. (1ª série)

c) Natureza morfológica do verbo:

▪ tempos simples (verbos isolados)

(24) Ela ficava preocupada e então não *deixava* ele soltar a pipa na rua. (3ª série)

▪ tempos compostos ([Aux + inf], [Aux + part], [Aux + ger])

(25) De manha ele *foi procura-lo* e achou seu cachorro. (2ª série)

d) Posição do clítico:

▪ próclise

(26) A parda Sissa *a* compreendeu e *a* convidou para a festa. (4ª série)

▪ ênclise

(27) Um amigo demora-se para achar devemos *cultiva-lo*. (3ª série)

e) Série: 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª série:

(28) Apareceu um chapéu e a brucha vestiu *o chapéu*. (1ª série)

(29) Então ele pegou uma caneca e encheu [Ø] de água. (2ª série)

(30) Entrou lá dentro, mas ela caiu e nunca mais ninguém viu *ela*. (3ª série)

(31) O menino perguntou a eles porque *o* ajudaram. (4ª série)

2.2 AS REALIZAÇÕES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO DE 3ª PESSOA

Nesta seção, fazem-se um levantamento e uma análise das ocorrências de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa: objetos nulos, pronomes tônicos, SNs anafóricos e clíticos acusativos encontrados no *corpus*, além dos

fatores lingüísticos e sociais que influenciam no uso dessas variantes. Por último, apresenta-se a descrição e análise dos resultados.

O total de dados coletados no *corpus* – 174 ocorrências, envolvendo objetos nulos, pronomes tônicos, SNs anafóricos e clíticos acusativos - tem sua distribuição, conforme o pacote estatístico VARBRUL, como exposto na tabela 1 abaixo:

Variante	Número de ocorrências	%
Objeto nulo	91	52,0
Pronome tônico	39	23,0
SN anafórico	14	8,0
Clítico acusativo	30	17,0
TOTAL	174	100,0

Tabela 1: Total de dados distribuído conforme as variantes usadas.

Na tabela 2 abaixo, podem-se observar os objetos diretos anafóricos encontrados nos textos escritos, distribuídos por série:

Séries	Variantes								Total
	Objeto nulo		Pronome tônico		SN anafórico		Clítico acusativo		
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	
1 ^a	17/39	44,0	12/39	31,0	7/39	18,0	3/39	8,0	39
2 ^a	32/50	64,0	6/50	12,0	4/50	8,0	8/50	16,0	50
3 ^a	27/44	61,0	10/44	23,0	2/44	5,0	5/44	11,0	44
4 ^a	15/41	37,0	11/41	27,0	1/41	2,0	14/41	34,0	41
TOTAL	91/174	52,0	39/174	23,0	14/174	8,0	30/174	17,0	174

Tabela 2: Objetos diretos anafóricos encontrados nos textos escritos, distribuídos por série.

A distribuição das variantes do objeto direto anafórico, segundo os fatores lingüísticos que as condicionam, pode ser observada nas tabelas abaixo. Nas tabelas 3 e 4 pode-se constatar, respectivamente, a distribuição das variantes segundo o traço semântico do antecedente e do referente:

Traço	Variantes								Total
	Objeto nulo		Pronome tônico		SN anafórico		Clítico acusativo		
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	
[+animado]	47/110	43,0	35/110	32,0	5/110	4,0	23/110	21,0	110
[-animado]	43/62	69,0	4/62	6,0	9/62	15,0	6/62	10,0	62
[outro]	1/2	50,0	0	0,0	0	0,0	1/2	50,0	2
TOTAL	91/174	52,0	39/174	23,0	14/174	8,0	30/174	17,0	174

Tabela 3: Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do antecedente.

Traço	Variantes								Total
	Objeto nulo		Pronome tônico		SN anafórico		Clítico acusativo		
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	
[+específico/referencial]	81/164	49,0	39/164	24,0	14/164	9,0	30/164	18,0	164
[-específico]	10/10	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
TOTAL	91/174	52,0	39/174	23,0	14/174	8,0	30/174	17,0	174

Tabela 4: Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do referente.

A distribuição das variantes segundo a natureza morfológica do verbo pode ser observada na tabela 5:

Forma Verbal	Variantes								Total
	Objeto nulo		Pronome tônico		SN anafórico		Clítico acusativo		
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%	
Tempo simples	59/113	52,0	31/113	28,0	9/113	8,0	14/113	12,0	113
Aux + inf	23/49	47,0	7/47	14,0	3/49	6,0	16/49	33,0	49
Aux + part	1/3	33,0	1/3	33,0	1/3	33,0	0	0,0	3
Aux + ger	8/9	89,0	0	0,0	1/9	11,0	0	0,0	9
TOTAL	91/174	52,0	39/174	23,0	14/174	8,0	30/174	17,0	174

Tabela 5: Distribuição das variantes conforme a natureza morfológica do verbo.

A ordem do clítico, segundo a natureza morfológica do verbo, pode ser observada na tabela 6 abaixo:

Forma Verbal	Variante				Total
	Clítico Acusativo				
	Próclise		Ênclise		
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	
Tempo simples	12/14	86,0	2/14	14,0	14
Tempo composto	1/16	6,0	15/16	94,0	16
TOTAL	13/30	43,0	17/30	57,0	30

Tabela 6: Ordem do clítico conforme a natureza morfológica do verbo.

2.2.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição dos resultados estatísticos, quanto aos condicionamentos lingüísticos e sociais na realização das variáveis do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, permite tecer as seguintes considerações:

a. Objeto nulo

O objeto direto nulo, em contextos discursivamente equivalentes, é, sem sombra de dúvida, a estratégia preferida pelas crianças quanto à retomada de um objeto direto anteriormente citado: 52% das ocorrências, ou em 91 casos dos 174 coletados no *corpus*. Deste total de 91 ocorrências, 49 foram encontrados em textos das 1ª e 2ª séries, representando 54% dos casos e os dados restantes (42) foram encontrados em textos das 3ª e 4ª séries, representando 46% das ocorrências. Uma distribuição bastante equilibrada. Alguns exemplos do *corpus* estão em (32) e (33):

(32) A formiguinha corta a folha e carrega [Ø] quando uma deicha [Ø] a outra leva [Ø]. (2ª série)

(33) O macaco então encontrou uma mola pegou *a mola* e colocou [Ø]. (3ª série)

Quanto à natureza semântica do antecedente, o traço [+/-animado] mostrou-se relevante para o condicionamento da variante objeto nulo, já que 47 das 110 ocorrências (43%) aparecem quando o antecedente apresenta o traço [+animado] e 43 das 62 ocorrências (69%) com o traço [-animado], ou seja, pode-se dizer que as crianças usaram mais objetos nulos quando o antecedente é [-animado]. Este resultado confirma a nossa hipótese inicial de que o uso do objeto nulo estaria condicionado ao traço semântico [-animado] de seu antecedente, como, também, os dados de Cyrino (1997), que mostram que o objeto nulo é usado preferencialmente nesses contextos. Já o traço [-específico] do referente, diferentemente do que previmos, condiciona o uso da variante objeto nulo, em 100% das ocorrências. Foi considerado, para a análise deste grupo, que um constituinte é [+específico/referencial] quando não é um substantivo indefinido, coletivo ou abstrato (Lima e Gagnon, 2006). Alguns exemplos do *corpus* estão expostos em (34) e (35):

(34) O Cebolinha tinha *uma bolsa* de medico e foi pegar [Ø]. (2ª série)

(35) Quando *ela* chegou as suas ermã não reconheceram [Ø]. (4ª série)

Quanto à natureza morfológica do verbo, das 91 ocorrências com objetos nulos, 59 estão marcadas com verbos simples, ou em 52% dos casos. Esta forma verbal, portanto, favorece a opção pelo objeto nulo quanto à retomada de um antecedente já mencionado no discurso. Alguns exemplos estão ilustrados em (36) e (37):

(36) Quando ela juntou o guarda chuva ela dexou o livro cair. Sentou na pedra.

Leu [Ø] e *vio* [Ø]. (1ª série)

(37) Nossa uma árvore no chão quem *derubou* [Ø]? (4ª série)

b. Pronome tônico

O pronome tônico aparece nos dados como a segunda opção quanto à retomada de um antecedente anteriormente mencionado, entretanto, bem atrás do objeto nulo, que ocorre em 52% dos dados e o pronome tônico em 23% de um total de 174 dados. O *corpus* analisado forneceu-nos 39 dados com este tipo de objeto direto anafórico. Desse total de ocorrências, 18 foram registradas nos dados das séries iniciais e as outras ocorrências (21) nos dados das séries finais (3^{as} e 4^{as} séries). Alguns exemplos retirados do *corpus* estão em (38) e (39):

(38) Pati queria ir na loja de brinquedos e a mãe dela deixou *ela* ir. (2ª série)

(39) Eu e minha mãe usamos *ele* [o guarda-chuva] as vezes. (4ª série)

Quanto à natureza semântica do antecedente, o traço [+animado] mostrou-se favorável à variante pronome tônico em 32% dos casos, confirmando a nossa hipótese inicial de que o uso dessa variante estaria condicionado a esse traço semântico, condição também apontada por Cyrino (1997). A ocorrência do pronome tônico, como previmos, também está condicionada ao traço [+específico/referencial] do referente, em 24% dos casos. Quando se observam apenas as 39 ocorrências de pronome tônico, a preferência a esse traço semântico fica mais acentuada (100% dos casos), o que nos leva a supor que

as crianças associam o pronome *ele/ela* exclusivamente a seres animados e/ou concretos, como ilustram abaixo alguns exemplos do *corpus*:

(40) Era uma vez um passarinho que caiu do ninho sua mamãe não tinha vido *ele* cair. (1ª série)

(41) No dia seguinte ele foi ver a planta e ela já estava melhor. O índio colocou *ela* em um lugar com bastante terra. (2ª série)

Quanto à natureza morfológica do verbo, o tempo simples mostrou-se relevante para o condicionamento da variante pronome tônico em 28% dos casos. Quando, porém, fazemos uma leitura vertical, podemos notar que das 39 ocorrências de pronome tônico, 31 aparecem nesse tipo de contexto (um percentual de 79%). Alguns exemplos estão expostos abaixo:

(42) Ele queria ir a praia e os pais dele *esqueceram ele*. (3ª série)

(43) Eles chegaram no castelo e a bruxa *fez eles* de escravos. (4ª série)

c. SNs anafóricos

O *corpus* analisado forneceu-nos apenas 14 dados com SNs anafóricos, ou seja, esta variante ocorreu em somente 8% de um total de 174 dados coletados. O uso do SN anafórico quando da retomada de um antecedente já mencionado aparece, portanto, como a última opção de uso, atrás inclusive do clítico acusativo, que ocorre, como veremos adiante, em 17% do total de dados do *corpus*. Deste total de 14 ocorrências com SNs anafóricos, 11 ou 79% dos casos foram extraídos dos textos das séries iniciais (1ª e 2ª séries) e os dados restantes (3) foram extraídos dos textos das séries finais (3ª e 4ª séries), representando 21% das ocorrências. Alguns exemplos retirados dos textos estão em (44) e (45):

(44) ... não queria que o beijaflor estorace o balão o beijaflor estorou *o balão* e o menino ficou chorando. (1ª série)

(45) A joaninha listrada você pode pegar ela na mão só não pode espremer *a joaninha*. (3ª série)

O uso de SNs anafóricos é favorecido quando o elemento antecedente está marcado com traço [-animado], um total de 15%, e desfavorecido quando é marcado com traço [+animado], apenas 4%, comprovando, assim, a nossa hipótese inicial de que essa variante ocorreria preferencialmente com esse traço semântico. Outro fator que condiciona o uso do SN anafórico é o traço [+específico/referencia] do referente, que foi relevante para a ocorrência dessa variante em 9% (14 casos) dos 164 dados coletados com esse traço semântico, confirmando também a nossa hipótese inicial quanto à especificidade/referencialidade do referente. Note-se que nenhuma ocorrência de SN [-específico] foi encontrada com a variante em questão. Alguns exemplos extraídos do *corpus* estão expostos em (46) e (47):

- (46) As vezes ele ia na imobiliária vê se ele conseguia comprar um apartamento na praia. Ele conseguiu *um apartamento* na praia. (2ª série)
- (47) E ela pegou o gato pelo rabo e jogou *o gato* na rua. (1ª série)

Com relação à natureza morfológica do verbo, o tempo simples mostrou-se relevante para o condicionamento da variante SN anafórico, como exemplificado abaixo. E no caso das ocorrências com tempo composto (Aux + part e Aux + ger), apesar de percentualmente significativas, não serão consideradas por conta do número reduzido de dados:

- (48) Apareceu um chapéu e a brucha vestiu *o chapéu* e de repente voou. (1ª série)
- (49) Estava procurando sarcófagos em baixo da areia e axou um sarcófago. (1ª série)

d. Clítico acusativo de 3ª pessoa

Os dados em que os clíticos aparecem somam 30 ocorrências: 3 ocorrências na 1ª série e 8 ocorrências na 2ª série, totalizando 11 ocorrências nas séries iniciais; 5 ocorrências na 3ª série e 14 ocorrências na 4ª série, totalizando 19 ocorrências nas séries finais. Entre as ocorrências de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico –

174 dados –, o clítico acusativo aparece como a 3ª opção para a retomada de um antecedente, ou em 17% dos casos. A quase não-ocorrência dessa variante nos dados da 1ª série (10%), de crianças com 6 anos de idade, evidencia que os clíticos de 3ª pessoa realmente não fazem parte da gramática nuclear da língua e, sim, são adquiridos na escola, através do ensino formal. Os dados do *corpus* sugerem que a manutenção dessas formas no PB atual deve-se exclusivamente à ação normativa da escola, pois à medida em que aumentam os anos de escolarização, a tendência ao uso do clítico acusativo tem um ligeiro aumento: 34% nos dados da 4ª série, contra apenas 8% na 1ª série. Isso indica também que o uso dos clíticos acusativos se dá primeiramente na linguagem escrita, via instrução formal.

O fato de essa variante já ter aparecido em três textos escritos da 1ª série e em oito textos da 2ª série, contrariando, assim, a nossa hipótese inicial de que o uso do clítico acusativo na linguagem escrita só teria início nas séries finais (3ª e 4ª séries), provavelmente se deve ao histórico familiar dessas crianças, já que a escola pública onde os textos das séries iniciais foram solicitados está localizada em um bairro nobre da cidade de Curitiba, o que nos leva a supor que essas crianças vêm de famílias cujos pais têm um grau de instrução acima da média e expõem os filhos a leituras em casa. Alguns exemplos do uso do clítico de 3ª pessoa nos textos escritos pelas crianças das séries iniciais estão em (50) e (51):

(50) Tatiane ficou chatiada porque ninguem foi ajudala. (1ª série)

(51) Ele vil uma planta mucha e foi vela por que ele estava preocupado. (2ª série)

Quanto à natureza semântica do antecedente, o traço [+animado] favorece o uso do clítico acusativo em 21%, contra apenas 10% de [-animado]. A ocorrência dessa variante está também atrelada ao traço [+específico/referencial] do seu referente, em 18% dos casos, comprovando, assim, a nossa hipótese inicial quanto a esses condicionamentos lingüísticos. Observa-se assim que, da mesma forma como ocorre com o pronome tônico, o traço animacidade/referencialidade é também relevante para a ocorrência do clítico acusativo, já que as crianças parecem associar também esse objeto direto anafórico exclusivamente a seres concretos e/ou animados. Alguns exemplos retirados do *corpus* estão expostos abaixo:

(52) O dono (...) viu que o cachorro foi roubado ele foi procura-*lo*. (2ª série)

(53) Ele vivia na floresta (...). Sua prima Axuca mora em uma caverna.

Quando se encontram não há quen *os* seguorem. (3ª série)

Quanto à natureza morfológica do verbo, das 30 ocorrências com clíticos acusativos, 14 estão marcadas por tempos simples e 16 ocorrências estão marcadas por tempos compostos [Aux + infinitivo], 12% e 33% do total dos dados, respectivamente; ou seja, a locução infinitiva privilegia a ocorrência do clítico de 3ª pessoa. Este fato confirma a nossa hipótese inicial de que a ocorrência da variante clítico acusativo ocorreria preferencialmente com a forma composta [Aux + infinitivo], como, também, os dados de Cyrino (1997), que argumenta que um dos últimos ambientes em que o clítico parece sobreviver no PB é com verbos em locuções infinitivas. Alguns dados extraídos dos textos das crianças estão exemplificados abaixo:

(54) Fernanda caiu e Solanje foi ajudada. (1ª série)

(55) Ele falou para a professora que alguns de seus colegas *o* xingaram. (4ª série)

Ao analisar a posição do clítico com relação ao verbo, percebe-se que a forma composta [Aux + infinitivo] favorece o uso da ênclise em 94% dos casos, ou em 15 das 16 ocorrências com essa forma verbal, comprovando, também, a nossa hipótese inicial quanto à posição do clítico em locuções infinitivas. Já em construções com tempos simples, o clítico acusativo aparece proclítico ao verbo principal em 86% dos casos, ou em 12 das 14 ocorrências com verbos isolados, como ilustram os exemplos abaixo, extraídos dos textos:

(56) A Gertrudes fazia a Luara fazer todos os trabalhos da casa mas a bonequinha *a* ajudava. (2ª série)

(57) Sua avó veio em casa e *o* lembrou de escrever o texto. (4ª série)

No levantamento dos dados, observou-se também a baixa ocorrência de clíticos de 1ª pessoa (*me*) - 5 ocorrências -, e de 2ª pessoa (*te*) - 2 ocorrências - em todas as quatro séries. Isto se deve provavelmente às características da narrativa, a tipologia dos textos analisados, que trata do mundo narrado e não do mundo comentado, e que favorece o uso dos pronomes de 3ª pessoa, já que as crianças, nessa fase da

escolarização (1ª a 4ª série), costumam privilegiar os diálogos indiretos em suas produções. Quanto à ordem desses clíticos, o uso da próclise ao verbo principal é generalizado, como ilustram abaixo alguns exemplos do *corpus*:

(58) O homem (...) disse para outro homem *me* de isso. (1ª série)

(59) Muito obrigado estou *te* devendo uma. (3ª série)

Observa-se, então, que há uma distribuição regular da variante clítico acusativo: os clíticos de 3ª pessoa ocorrem predominantemente em ênclise e os clíticos de 1ª e 2ª pessoas ocorrem, via de regra, em próclise.

Em suma, como pode ser observado pelo levantamento dos dados, em contextos discursivamente equivalentes, as crianças utilizam preferencialmente a categoria vazia (52%) para a realização do objeto direto co-referente com um SN previamente mencionado. Este resultado comprova a nossa hipótese inicial quanto à opção pelo objeto nulo e vem ao encontro dos dados apresentados por Cyrino (1997), que também apontam para a preferência por esta variante no PB. A opção pelo objeto nulo, como previmos, está condicionada aos traços [+animado] e [+específico/referencial] do SN e é ainda favorecida pelo verbo no tempo composto (Aux. + inf). Deve-se ressaltar que a variante pronome tônico, assim como acontece com a variante clítico acusativo, é igualmente privilegiada pelos traços semânticos [+animado] e [+específico/referencial] do SN, mas é favorecida pelo tempo simples.

Os objetos nulos e os pronomes tônicos, segundo Cyrino (1977), começam a substituir o clítico acusativo desde a segunda metade do século XIX, e este fato, segundo a autora, evidencia uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto, fato também constatado por Galves (1996), cujos resultados de pesquisas apontam para um novo valor atribuído a um parâmetro pelas crianças adquirindo sua língua, originando, assim, uma nova gramática.

Os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que as ocorrências das variantes do objeto direto anafórico são resultado de uma mudança gramatical em processo, e não apenas de uma simples variação na língua, já que as crianças, no início da escolarização (1ª e 2ª séries), ainda não adequaram sua gramática-I às normas convencionais da escrita (Kato, 1999a). A expansão dos contextos em que os objetos nulos são aceitos no PB – antes restritos ao traço [-animado], segundo Cyrino (1997) – pode ser tomada

então como subproduto da não-aquisição natural de clíticos acusativos de 3ª pessoa pelas crianças. Com base nos dados obtidos, há, portanto, evidências de uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto direto e isto aponta para uma mudança em curso, isto é, para um novo valor atribuído a um parâmetro pelas crianças adquirindo o português.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou investigar e analisar a frequência quantitativa de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico por crianças, para verificar se há evidências de uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto direto.

O levantamento dos dados revelou que a variante mais utilizada pelas crianças, nas quatro séries investigadas, foi o objeto nulo (52%), confirmando a nossa hipótese inicial de que esta seria a variante preferida por elas. Em segundo lugar, para retomar um objeto direto, as crianças utilizaram o pronome tônico (23%); em terceiro lugar, o clítico acusativo (17%). A variante menos utilizada foi o SN anafórico: ocorreu em apenas 8% dos dados.

A opção pelo objeto nulo está condicionada, como previmos, ao traço [-animado] do SN em 69% dos dados. Este resultado confirma, como já vimos, os dados de Cyrino (1997), que mostram que a ocorrência do objeto nulo está condicionada ao traço [-animado] de seu antecedente. Vale ressaltar, entretanto, que o traço [+animado] também foi bastante significativo nos contextos de objeto nulo, em (43%) dos casos. Pode-se dizer, então, que as crianças expandiram os contextos de uso do operador nulo, generalizando-o. Outra variante que se mostrou condicionada pelo traço [-animado] foi o SN anafórico, em 15% dos casos.

Os condicionamentos lingüísticos revelaram que o traço [+animado], como previmos, privilegiou a ocorrência do pronome tônico, como também a do clítico acusativo. Quanto à especificidade do SN antecedente, o traço [+específico/referencial] mostrou-se relevante para o condicionamento do pronome tônico, do SN anafórico e do clítico acusativo, enquanto o objeto nulo, contrariando a nossa hipótese inicial, foi favorecido em contextos em que o SN foi marcado com o traço [-específico].

O motivo desses condicionamentos lingüísticos provavelmente se deve ao fato de as crianças estabelecerem uma referência no mundo somente para aquilo que é

animado ou concreto; por isso, na retomada de um SN [+animado, +específico/referencial] já mencionado, preferencialmente o fazem através do pronome tônico *ele/ela* ou do clítico acusativo *o/a*, conforme mostram os dados coletados. Por outro lado, para retomarem um SN anteriormente citado, com o traço [-animado], a opção fica entre o objeto nulo e o SN anafórico.

A natureza morfológica do verbo também se revelou um fator que condiciona a ocorrência do clítico acusativo, já que do total de 30 ocorrências, 14 são com verbos simples isolados e 16 são com locuções infinitivas, que favorecem o uso da ênclise em 88% das ocorrências. Este resultado, portanto, confirma a nossa hipótese inicial de que o clítico de 3ª pessoa ocorreria preferencialmente com locuções infinitivas, privilegiando o emprego da ênclise. Já o pronome tônico, o objeto nulo e o SN anafórico tiveram a sua ocorrência condicionada à forma verbal no tempo simples.

Não se confirmou, também, a hipótese de que o uso do clítico de 3ª pessoa começaria a aparecer nos dados a partir das séries finais, pois esta variante apareceu nos dados das séries iniciais, ainda que de forma reduzida. No entanto, o levantamento dos dados mostrou que os clíticos acusativos de 3ª pessoa não fazem parte da aquisição natural da língua, já que somente 10% das crianças entre 6 e 7 anos utilizaram essa variante. A não-aquisição natural do clítico acusativo no PB oportuniza então a ocorrência de outras variantes, como a categoria vazia objeto, o pronome tônico ou a retomada por SN anafórico.

Esses resultados apontam para uma mudança diacrônica em curso no paradigma pronominal para as posições de objeto direto no PB, que, em inter-relação com a aquisição lingüística, vem então a definir a marcação de um novo valor para o parâmetro do objeto nulo - o licenciamento do pronome pessoal *ele/ela* em função acusativa - no processo de aquisição da língua pela criança. As ocorrências das variantes do objeto direto anafórico são, portanto, resultado de uma mudança gramatical em curso e não apenas de uma simples variação na língua.

Os dados mostraram também que no final do primeiro segmento da escolarização (4ª série) há sinais de um processo de aprendizagem, na linguagem escrita, do uso de clíticos acusativos por parte das crianças. Esse aprendizado, contudo, não tem a mesma natureza que a aquisição de objetos nulos ou de pronomes tônicos em posição de objeto direto, ou seja, as crianças não precisam ser formalmente ensinadas para internalizar pronomes tônicos ou objetos nulos na posição de objeto, enquanto a aquisição dos clíticos acusativos de 3ª pessoa só se dá via instrução formal. Embora

quantitativamente a escola recupere na escrita, em relação ao clítico, o que ocorria no século XVIII, ela não recupera o movimento do clítico, que, com tempos verbais simples, permanece invariavelmente proclítico ao verbo principal.

Referências Bibliográficas

1. CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
2. CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
3. CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2003.
4. CYRINO, Sônia Maria. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
5. _____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático- diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.
6. DUARTE, Maria Eugênia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: UNICAMP, 1989.
7. GALVES, Charlotte. Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro. *Delta*, v. 4, n.2, 1988.
8. _____. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 17, jul./dez, 1989.
9. _____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
10. _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP, 2001.
11. HAEGMAN, Liliane. *Introduction to government and binding theory*. Cambridge: Blackwell, 1994.
12. KATO, Mary. Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: CABRAL, Loni; MORAIS, José (org.). *Investigando a linguagem*. Florianópolis: Mulheres, 1999a.

13. _____. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra -lingüística. In: HORA, Dermeval.; CHRISTIANO, Elizabeth (org.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999b.
14. _____.; TARALLO, Fernando. Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects. Trabalho apresentado na *Georgetown RoundTable in Languages and Linguistics*, 1988.
15. LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
16. LIMA, Tiago; GAGNON, Michel. *Semântica do objeto nulo no português*. Manuscrito. Curitiba: UFPR, 2006.
17. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
18. NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
19. PAGOTTO, Emílio. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
20. RAPOSO, Eduardo. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo; SILVA-CORVALÁN, Carmen (org.). *Studies in romance linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.
21. ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
22. TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996a.
23. _____. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996b.

RESUMO: Investiga-se a frequência de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, como o objeto nulo, a forma nominativa *ele/ela* em função acusativa, o SN anafórico, e o clítico acusativo, para verificar se há evidências de uma mudança paramétrica para as posições de objeto direto. Os dados foram extraídos de oitenta e oito textos espontâneos escritos por crianças que cursavam o primeiro segmento (1ª a 4ª série) do ensino fundamental entre os anos 2002 e 2006 e tinham entre 6 e 10 anos. Buscam-se, também, os contextos lingüísticos que atuam na realização das variáveis. Trabalha-se com as hipóteses de que o objeto nulo é a variante preferencialmente usada pelas crianças; o clítico acusativo só começa a aparecer nos dados extraídos dos textos das séries finais, por influência da ação normativa da escola; o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico, ao traço [-animado, +específico/referencial] de seu referente. Para a análise dos dados, segue-se a proposta de Kato e Tarallo (1988), rediscutida em Kato (1999b), que une a Sociolingüística de Labov (1972) à Teoria Gerativa de Chomsky (1981), resultando na Variação Paramétrica ou Sociolingüística Paramétrica.

PALAVRAS-CHAVE: objeto nulo; pronome tônico *ele/ela*; SN anafórico; clítico acusativo.

ABSTRACT: We have investigated the frequency of fulfillment of variants of the third person singular anaphoric direct object, as the null object, the nominative form *he/she* in accusative function, the SN anaphoric, and the clitic accusative, in order to verify if there are evidences of a parametric change to the positions of the direct object. The data were extracted from eighty-eight spontaneous texts written by children studying in the first segment of the Fundamental Course from 2002 to 2006, aged from 6 to 10 years old. The linguistic contexts which can be found in the variety occurrence have also been considered. We have worked with the hypotheses that the null object is the preferred variant used by children, the clitic accusative *him/her* only starts to be found in data extracted from texts by students in the final years of the Fundamental Course, under the influence of the normative action of school; the use of the clitic accusative and of the subject pronoun (*he/she*) as an object pronoun depends on the trace [+animated, +specific/referential] of their antecedents, while the use of the null object and of the SN anaphoric depends on the trace [-animated, +specific/referential] of their referents. For the data analysis, the proposition by Kato and Tarallo (1988) has been followed, discussed again in Kato (1999b), which joins Labov's Sociolinguistics (1972) to the Generative Theory by Chomsky (1981), resulting in the Parametric Variant or Parametric Sociolinguistics.

KEY WORDS: null object; nominative form *he/she* as accusative; SN anaphoric; accusative clitic.

Recebido no dia 13 de maio de 2007.

Artigo aceito para publicação no dia 23 de julho de 2007.